

**HABEAS CORPUS Nº 514.060 - RS (2019/0161859-5)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**ADVOGADOS** : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**PACIENTE** : LINDOMAR RAMOS DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **LINDOMAR RAMOS DE OLIVEIRA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Execução concedeu a progressão ao regime semiaberto ao paciente (fls. 128-129).

Inconformado, o d. Ministério Público estadual interpôs recurso de agravo em execução na origem, o qual foi **provido**, nos termos da seguinte ementa (fls. 154-159):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. AGRAVO MINISTERIAL PROVIDO.*

*A progressão de regime pressupõe o cumprimento de requisitos cumulativos, de ordem objetiva e subjetiva. O primeiro exige o adimplemento de fração da reprimenda em regime anterior - 1/6 para crimes comuns ou 2/5 (primário) ou 3/5 (reincidente) para crimes hediondos. Já o segundo demanda bom comportamento carcerário, atestado pelo diretor do estabelecimento prisional, e a demonstração de mérito subjetivo. Embora o apenado atenda ao requisito objetivo, os elementos acostados aos autos demonstram ausência de mérito subjetivo, o que impede o alcance do almejado benefício. **Histórico carcerário com duas faltas graves por fuga e prática de ilícito enquanto em regime mais brando.** Circunstâncias que denotam*

*descompromisso com os fins precípuos da pena imposta em razão de atos pretéritos, suscetibilidade a novos eventos delitivos e inaptidão para usufruir de regime mais brando. Decisão singular reformada.*

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PROVIDO."**

Daí o presente **writ**, no qual a d. Defesa, ora impetrante, alega que o v. acórdão configura constrangimento ilegal, pois "*consoante se depreende da Guia de Execução Penal, não há registro de absolutamente nenhum fato que possa justificar a fundamentação vertida no acórdão, ao contrário, porquanto a inexistência de eventos em seu desfavor ao longo dos últimos anos evidencia a aptidão para permanecer do regime mais brando e o acerto da decisão proferida pelo Juízo singular*" (fl. 5).

Requer a concessão da ordem, inclusive **LIMINARMENTE**, a fim de se "*retificar o acórdão proferido pela 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de modo a restabelecer a Progressão de Regime originariamente concedida*" (fl. 6).

Pedido liminar **indeferido**, às fls. 168-172.

Informações, às fls. 178-212 e 227-270.

O d. Ministério Público Federal manifestou-se **pelo não conhecimento ou denegação da ordem**, conforme r. parecer de fl. 272, sem emento.

É o relatório. **Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de

poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão impugnado (fls. 154-159):

*"Após diversas intercorrências no curso da execução (progressão, prática de faltas disciplinares e regressão de regime), obteve progressão ao regime semiaberto em 12-02-2019, decisão em face da qual é dirigida a presente insurgência recursal.*

*Desta decisão, recorre a agente ministerial, no que lhe assiste razão.*

*A progressão de regime pressupõe o cumprimento de requisitos cumulativos de ordem objetiva e subjetiva.*

*O primeiro deles demanda adimplemento de fração da reprimenda em regime anterior, sendo 1/6 para crimes comuns ou 2/5 (primário) ou 3/5 (reincidente) para crimes hediondos.*

*O segundo requisito refere-se à presença de bom comportamento carcerário, atestado pelo diretor do estabelecimento prisional, e a demonstração de mérito por parte do condenado.*

*Neste ponto, embora o art. 112 da Lei de Execuções Penais, na redação conferida pela Lei 10.792/03, tenha dispensado a realização de exame criminológico, em momento algum vedou a adoção de tal expediente ou de outros meios de prova para auxiliar na formação do convencimento do julgador. Entendendo pela sua necessidade, este poderá, de forma fundamentada, determinar a elaboração de prova técnica na forma de laudos psicossociais para avaliar a possibilidade de alcançar a almejada progressão ao segregado.*

*[...]*

*Com estas considerações iniciais, adentro no exame do caso em tela.*

*Da análise da guia de execução penal, observo que o apenado atendeu à exigência de ordem objetiva ao cumprir 1/6 (um sexto) da reprimenda no regime fechado.*

*Todavia, tanto não pode ser dito quanto ao requisito subjetivo, ainda que ostente 'conduta plenamente satisfatória' conforme atestado da fl. 58, pois ausente o mérito para o alcance da benesse.*

*De ressaltar que o reeducando praticou duas faltas graves por fuga quando em regime mais brando, com a execução de novo crime no segundo episódio – condenação a 05 anos e 06 meses por roubo duplamente*

**majorado –, denotando não só ausência de responsabilidade para com a expiação da corporal, mas, igualmente, descompromisso com os fins precípuos da pena imposta em razão de atos pretéritos.**

*Não bastasse isso, o início do cumprimento da pena não foi suficiente para impedir que reiterasse na prática criminal, cometendo outro delito ao longo da expiação, demonstrando ausência de freios inibitórios.*

**No que tange à prova técnica anexada aos autos, saliento que consta apenas a folha inicial do relatório da equipe de observação criminológica (fl. 60) e da manifestação social (fl. 61), o que impede o devido exame das conclusões dos respectivos profissionais.**

*Porém, tanto não prejudica a análise envolvendo a progressão de regime, uma vez que a reforma da decisão singular se sustenta pelo histórico do apenado no resgate de suas condenações.*

**É dizer, da verificação dos elementos de convicção constantes dos autos, LINDOMAR ainda se encontra suscetível à vinculação a novos eventos delitivos, incontestável seu descompromisso para com a expiação da privativa de liberdade legitimamente imposta pelo Estado, não demonstrando aptidão para usufruir de regime mais brando no presente momento. Idêntica conclusão consta do parecer do ilustre Procurador de Justiça Luiz Henrique Barbosa Lima Faria Corrêa (fls. 69-71).**

*A atual conjuntura aponta para a necessidade de inclusão em atividades laborais que o auxiliem no desenvolvimento de hábitos do trabalho e respeito às regras e limites, tudo mediante acompanhamento psicossocial, a fim de permitir futura reavaliação quanto à presença de condições para o alcance do benefício perseguido.*

*Assim, ausentes condições subjetivas favoráveis à concessão da progressão de regime, necessária a reforma da decisão recorrida para que o recluso volte a adimplir a condenação em regime fechado.*

*Por tais fundamentos, dou provimento ao agravo em execução ao efeito de reformar a decisão que concedeu a progressão de regime a LINDOMAR RAMOS DE OLIVEIRA, que deverá retornar ao regime fechado." (grifei)*

**Pois bem.**

Verifica-se, pois, que o v. acórdão considerou que, para além da longa pena a cumprir e da gravidade abstrata dos delitos cometidos, não está presente o requisito subjetivo para a progressão de regime, com base em **elementos concretos** extraídos da execução penal, tendo em vista o conturbado histórico prisional do apenado.

Desta forma, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou arbitrariedade

no indeferimento do benefício da progressão de regime ao paciente, por ausência do requisito subjetivo, diante de **elementos concretos**, observados durante a execução da pena e devidamente utilizados na fundamentação do v. acórdão vergastado.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

*"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. ABANDONO DA EXECUÇÃO DA PENA. ELEMENTO CONCRETO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ANÁLISE DO REQUISITO DE ORDEM SUBJETIVA NA VIA ESTREITA DO WRIT. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - Para a progressão de regime, deve o apenado preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva, nos termos do art. 112 da LEP.*

*II - Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que 'a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fato ocorrido durante a execução da pena (fuga do estabelecimento prisional), justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional, por inadimplemento do requisito subjetivo.'* (AgRg no HC 387.056/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 12/05/2017)

*III - Não se vislumbra ilegalidade no v. acórdão impugnado, que manteve o indeferimento do benefício da progressão de regime, ao entender que não está configurado o requisito subjetivo, considerando a prática de falta grave no curso da execução penal, consistente em fuga, ou seja, com base em elemento concreto da execução penal.*

*IV - Nos termos da jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior de Justiça, é inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para a progressão de regime, uma vez que tal providência implica reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.*

*Agravo regimental desprovido."* (AgRg no HC 448.403/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Félix Fischer**, DJe 27/08/2018, grifei)

*"EXECUÇÃO PENAL. RECURSO EM HABEAS*

**CORPUS. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA GRAVE. PROGRESSÃO DE REGIME E LIVRAMENTO CONDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Na hipótese vertente, o Juízo das Execuções Criminais, considerando a fuga do sentenciado na data de 27/6/2017, indeferiu os pedidos de progressão de regime e livramento condicional. Decisão mantida pela Corte de origem, em sede de habeas corpus.

2. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a fuga do estabelecimento prisional configura falta grave. Precedentes.

**3. O cometimento de infração de natureza grave impede a progressão de regime e a concessão de livramento condicional, por ausência de requisito subjetivo. Diretriz jurisprudencial consolidada nesta Corte.**

4. Recurso em habeas corpus não provido." (RHC 102.728/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 19/10/2018, grifei)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. WRIT ORIGINÁRIO NÃO CONHECIDO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, porém ressalta a possibilidade de concessão da ordem de ofício se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente, o que não é o caso dos autos.

**2. A análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fato ocorrido durante a execução da pena (fuga do estabelecimento prisional), justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional, por inadimplemento do requisito subjetivo.**

3. Evidenciada a idoneidade da fundamentação utilizada na origem, não há falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

**Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 387.056/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe 12/05/2017, grifei)**

**"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME E LIVRAMENTO CONDICIONAL. MAU COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.**

**1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a verificação, pelas instâncias ordinárias, de mau comportamento carcerário do Apenado, que praticou 21 faltas disciplinares de natureza grave durante a execução da pena, afasta o preenchimento do requisito subjetivo para a obtenção dos benefícios do livramento condicional e da progressão de regime.**

**2. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 454.603/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 20/02/2019, grifei)**

Vale registrar que a modificação das decisões proferidas pelas instâncias ordinárias, para concluir pela configuração do requisito subjetivo para a progressão de regime, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos da execução penal, o que é incompatível com os estreitos limites da via do **habeas corpus**.

Exemplificativamente:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. COMETIMENTO DE FALTAS GRAVES NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.**

**[...] 2. Na espécie, o entendimento do Tribunal a quo encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prática de falta grave impede a concessão da progressão de regime prisional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal. 3. Registre-se, ainda, que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento**

***incompatível com os estreitos limites da via eleita. 4. Habeas corpus não conhecido***" (HC 433.642/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 12/04/2018, grifei).

***"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. VISITA PERIÓDICA AO LAR. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 123, III, DA LEI N. 7.210/1984. ANÁLISE FUNDAMENTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.***

*1. É pacífico o entendimento de que o fato de o apenado ter progredido para o regime semiaberto não lhe assegura o direito à visitação periódica ao lar. O Tribunal de origem apresentou fundamentos suficientes para manter a decisão do Juízo da execução concluindo pela sua prematuridade. 2. O exame do preenchimento dos requisitos subjetivos pelo sentenciado, estabelecidos no art. 123 da Lei de Execução Penal, não pode ser analisado em via estreita do writ, por demandar análise fático-probatória. 3. Recurso ordinário não provido"* (RHC 55.326/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 21/03/2016).

Não obstante, com as inovações trazidas pela Lei n. 10.792/03, alterando a redação do art. 112 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), afastou-se a exigência do exame criminológico para fins de progressão de regime.

Por outro lado, este eg. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o Magistrado de 1º Grau, ou mesmo o eg. Tribunal **a quo**, **diante das circunstâncias do caso concreto, pode determinar a realização da referida prova técnica para a formação de seu convencimento**, desde que essa decisão seja adequadamente fundamentada.

Consolidando esse entendimento, este Superior Tribunal de Justiça editou o enunciado sumular de n. 439, segundo o qual: *"Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada."*

Não bastasse, o eg. **Supremo Tribunal Federal**, ao analisar o tema, editou a Súmula Vinculante n. 26, **in verbis**: *"Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da*



*execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico."*

Assim, forçoso reconhecer a possibilidade de determinar-se a realização do exame criminológico quando as peculiaridades do caso o recomendarem e em decisão adequadamente motivada.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. SÚMULA 439/STJ E SÚMULA VINCULANTE 26/STF. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. HISTÓRICO PRISIONAL. HISTÓRICO CONTURBADO. FALTAS DISCIPLINARES. FUGA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

**II - Com as inovações trazidas pela Lei n. 10.792/03, alterando a redação do art. 112 da Lei n. 7.210/84, afastou-se a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime. Por outro lado, esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento de que o d. Magistrado de 1º Grau, ou mesmo o Tribunal a quo, diante das circunstâncias do caso concreto, podem determinar a realização da referida prova técnica para a formação de seu convencimento acerca do mérito do apenado, desde que essa decisão seja motivada. Súmula 439/STJ e Súmula Vinculante 26/STF.**

**III - In casu, a determinação de que fosse realizado o exame criminológico decorreu de elementos concretos, observados no curso da execução penal, notadamente o conturbado histórico prisional do apenado, inclusive o registro de fuga quando progrediu anteriormente para regime mais brando.**

**IV - Não se vislumbra qualquer ilegalidade no v. acórdão combatido tendo em vista as peculiaridades do caso concreto que justificam a submissão do apenado ao exame criminológico a fim de se aferir o preenchimento do requisito subjetivo. Precedentes.**

**V - À vista do exame pericial, desfavorável, as instâncias ordinárias concluíram pela ausência do requisito subjetivo, com fundamentação idônea, circunstância que afasta as**

*alegações de ilegalidade ou arbitrariedade na negativa da benesse.*

*VI - A modificação das decisões proferidas pelas instâncias ordinárias, para concluir pela configuração do requisito subjetivo para a progressão de regime, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos da execução penal, o que é incompatível com os estreitos limites da via do writ.*

*Habeas corpus não conhecido.*" (HC 436.977/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 01/06/2018, grifei).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO CARCERÁRIA. AFERIÇÃO DO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO PELO CUSTODIADO. PRÉVIO EXAME CRIMINOLÓGICO DETERMINADO PELA CORTE ESTADUAL. NECESSIDADE JUSTIFICADA COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. De acordo com o art. 112 da LEP, o requisito subjetivo necessário à concessão de progressão prisional é aferido através de atestado de bom comportamento carcerário expedido pelo diretor do estabelecimento no qual o condenado cumpre sua sanção privativa de liberdade.*

*2. No entanto, não é vedado ao magistrado o indeferimento do benefício quando, a despeito do reeducando apresentar atestado de bom comportamento carcerário, entender não implementado o requisito subjetivo, desde que aponte peculiaridades da situação fática que demonstrem a ausência de mérito do condenado.*

*3. Caso em que a Corte Estadual justificou a necessidade de realização prévia de exame criminológico para avaliar eventual preenchimento do requisito subjetivo pelo ora agravante, com base não somente na gravidade dos crimes pelos quais foi condenado e na longa pena a cumprir, mas também no extenso histórico de faltas graves cometidas durante a execução da reprimenda, inexistindo, portanto, qualquer ilegalidade a ser reparada quanto ao ponto.*

*4. Tendo sido proferida em consonância com o entendimento firmado neste Sodalício sobre o tema impugnado, deve ser mantida a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no HC 391.202/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**,

DJe 30/06/2017, grifei).

*"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA DECISÃO QUE DETERMINA SUA REALIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO À PROGRESSÃO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE NO CURSO DA EXECUÇÃO. ORDEM DENEGADA.*

*O advento da Lei n. 10.792/03 não proibiu a realização do exame criminológico para a verificação do preenchimento do requisito subjetivo à progressão de regime, mas impôs ao Magistrado a necessidade de motivar concretamente a imprescindibilidade de submissão do apenado à perícia. Nessa esteira, editou-se a Súmula n. 439 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.*

*Na hipótese dos autos, o acórdão recorrido, ao cassar a decisão concessiva da progressão de regime, assinalou a necessidade do exame criminológico com fundamento no comportamento carcerário da apenada, notadamente diante do cometimento de falta grave no curso da execução, consistente na fuga do estabelecimento prisional. Desse modo, verifica-se que o Tribunal de origem não se cingiu à menção à gravidade abstrata dos crimes ou à longevidade da reprimenda imposta, mas declinou elementos concretos hábeis justificar a necessidade de realização do exame técnico para a formação de seu convencimento.*

*Ordem denegada" (HC 333.590/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 16/05/2016, grifei).*

*"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO. DETERMINAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO LEGAL.*

*1. Consigna a Súmula n. 439 do Superior Tribunal de Justiça, verbis: "Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada, para aferir o requisito subjetivo da progressão". Tal prova técnica pode ser determinada pelo magistrado de primeiro grau, ou mesmo pela Corte estadual, diante das circunstâncias do caso concreto e adequada motivação, para formação de seu convencimento.*

*2. Na hipótese, o Tribunal de Justiça de origem entendeu que persiste a exigência da avaliação do condenado por equipe multidisciplinar (exame criminológico), diante da vida*

**carcerária conturbada do paciente** - prática de faltas de natureza grave no curso da execução penal.

3. Além do mais, na espécie, a progressão de regime foi indeferida pelo Juízo da Execução Criminal por ter o ora paciente **praticado faltas graves no curso da execução penal** (tentativa de fuga e apreensão de entorpecentes). Tais faltas, por si sós, impossibilitam a progressão de regime, pois interferem na data-base para concessão da benesse e, ainda, caracterizam a ausência de requisito subjetivo.

4. Assim, a Corte a quo, ao manter o decisor de primeiro grau, indeferitório da progressão de regime prisional, não ofendeu o princípio do non reformatio in pejus.

5. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC 302.190/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 17/11/2015, grifei).

**"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART 112 DA LEP. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. FALTAS GRAVES E FUGAS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior pode ser determinada a realização de exame criminológico para a progressão de regime, desde que de **maneira fundamentada e de acordo com as peculiaridades do caso concreto**. Incidência do enunciado 83 da Súmula deste STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 718.331/SP, **Sexta Turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 17/09/2015, grifei).

No presente caso, o v. acórdão do eg. Tribunal **a quo**, ao dar provimento ao agravo em execução interposto pelo d. Ministério Público, cassou a r. decisão agravada e **determinou a regressão de regime, sem determinação complementar**.

Nesse ponto, como forma de se **evitar a regressão de regime perpétua**, entendo que a determinação de realização do exame criminológico para a progressão de regime prisional, com esteio no **histórico conturbado do paciente (2 faltas de natureza grave - fl. 21)**, se mostra o posicionamento mais razoável, adequado e, claro, ainda assim amparado em elementos concretos da

execução.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus. Concedo a ordem, PARCIALMENTE, de ofício**, para determinar a realização de exame criminológico, como forma de amparar a nova análise da progressão de regime, que deverá ser realizada pelo d. Juízo da Execução. Recomenda-se celeridade.

P. I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator